

DOSSIÊ TEMÁTICO: Pensar o gênero na *encruzilhada*: historicizar os feminismos em seus múltiplos atravessamentos.

**AS MULHERES NAS ENTRELINHAS DOS JORNAIS: UM ESTUDO SOBRE O
DIVÓRCIO NO SÉCULO XIX EM MINAS GERAIS¹**

**WOMEN BETWEEN THE LINES OF NEWSPAPERS: A STUDY ON DIVORCE
IN 19TH CENTURY MINAS GERAIS**

Ana Flávia Vitorino Honório²

Resumo

O presente artigo ressalta o desenvolvimento nos estudos sobre a história das mulheres e das relações de gênero, atribuindo aos jornais um papel crucial como fontes históricas. Dessa maneira, explora-se a relevância dos periódicos na compreensão das experiências femininas, evidenciando como as publicações revelam perspectivas sobre a construção da identidade das mulheres e seu papel no século XIX. Diante desta proposta, realizou-se uma análise preliminar de exemplares de jornais que circularam em Minas Gerais, no período oitocentista, discutindo a noção de divórcio na sociedade. Observando como os jornais mineiros, principalmente das cidades de Ouro Preto e Diamantina, abordou o fim do casamento, relacionando-o à construção de paradigmas sobre mulheres e seus direitos sociais. A análise destacou influências religiosas e sociais, oferecendo uma compreensão do papel da imprensa na legitimação de ideários morais sobre as mulheres.

14

Palavra-Chave: Jornais; Mulheres; Divórcio; Minas Gerais; Século XIX.

Abstract

The present article emphasizes the advancements in studies on the history of women and gender relations, assigning a crucial role to newspapers as historical sources. In this way,

¹ A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

² Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Licenciada em História pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Integrante do podcast Segundas Feministas, do GT Nacional de Gênero (ANPUH-Brasil). E-mail: anafvhonorio@gmail.com

the relevance of periodicals in understanding women's experiences is explored, highlighting how these publications reveal perspectives on the construction of women's identity and their role in the 19th century. In line with this proposal, a preliminary analysis of newspapers circulated in Minas Gerais during the nineteenth century was conducted, discussing the notion of divorce in society. The study observed how newspapers in Minas Gerais, particularly in the cities of Ouro Preto and Diamantina, addressed the end of marriage, linking it to the construction of paradigms regarding women and their social rights. The analysis underscored religious and social influences, providing an understanding of the press's role in legitimizing moral ideals about women.

Keywords: Newspapers; Women; Divorce; Minas Gerais; 19th century.

Mulheres, Gênero e Jornais: Uma História Possível

Os estudos sobre a história das mulheres e das relações de gênero vêm crescendo consideravelmente desde a década de 1970, reconhecendo a importância de destacar as experiências, contribuições e desafios enfrentados por mulheres ao longo do tempo. Dentre as diversas fontes disponíveis para os historiadores, os jornais emergem como um recurso valioso para o campo da história das mulheres. A utilização destes periódicos como fontes históricas apresenta inúmeras vantagens e desempenham um papel crucial na compreensão da vivência feminina ao longo dos séculos.

Em consonância com isso, as fontes periódicas permitem a incorporação de novos campos e de novas abordagens para a História. Todavia, de acordo com Tânia Regina de Luca (2008), em meados de 1970, era “ainda relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia dos jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil” (Luca, 2008, p. 111). Esse fenômeno ocorreu, na historiografia brasileira, porque as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela “reação contra o paradigma” (Burke, 1992, p. 16). Nesse período, as fronteiras metodológicas começaram a incorporar esse novo fazer historiográfico, não se limitando apenas às esferas política e econômica. Esse novo campo permitiu, com adesão de consagrados intelectuais adeptos ao movimento, a inserção das contribuições de Giovanni Levi, em que passa a se pensar nos

acontecimentos a partir das reduções de escala espaço-temporal, incluindo novos sujeitos como objeto de pesquisa, como é proposto por Joan Scott em relação às mulheres.³

Sendo assim, a pesquisa histórica adquire uma relevância notável ao abordar a História das Mulheres e das Relações de Gênero, alinhando-se aos novos objetivos propostos para a prática do historiador. Segundo Joan Scott (1992), "a história desse campo não se resume a uma narrativa linear, mas requer um relato mais intrincado, considerando simultaneamente a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história" (Scott, 1992, p. 65). Explorar a história das mulheres transcende a mera inclusão delas como sujeitos históricos, permitindo uma compreensão mais complexa não apenas dos eventos passados, mas também orientando as discussões contemporâneas.

Embora, historicamente, as mulheres tenham sido sub-representadas na documentação histórica, os jornais muitas vezes oferecem um espaço para as vozes femininas. Cartas ao editor, colunas sociais e notícias sobre eventos locais frequentemente revelam as perspectivas das mulheres comuns, proporcionando uma visão mais abrangente e autêntica das experiências do dia a dia.

A utilização de jornais como fonte para pesquisas transcende a simples compreensão deles como um conjunto de textos estritamente noticiosos. Conforme salienta James William Goodwin Jr (2001), "a leitura dos jornais permite identificar os valores hegemônicos em uma época e região específicas" (Goodwin Jr, 2001, p. 9). São nos detalhes aparentemente insignificantes, como objetos, gestos, frases e palavras escritas, que reside uma riqueza pela qual o historiador pode analisar e, por meio dela, compreender mais profundamente o passado, frequentemente negligenciado na busca por eventos extraordinários.

Essa fonte periódica reflete as mudanças sociais e culturais de uma comunidade. Através de sua análise, os pesquisadores podem rastrear a evolução dos papéis de gênero, os movimentos feministas e as conquistas das mulheres ao longo do tempo. Os jornais proporcionam uma janela única para entender como as mulheres foram imaginadas pelos costumes da época, e ainda assim conseguiram se reinventar para alcançar suas liberdades.

³ Para saber mais sobre as considerações dos autores citados, ler BURKE, Peter. A escrita da História, novas perspectivas. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

Embora, em décadas passadas, o uso de jornais na historiografia brasileira tenha sido limitado, às fronteiras metodológicas se expandiram para incorporar essa nova abordagem, incluindo a análise de periódicos como fontes valiosas para o conhecimento histórico.⁴ Tilly (1994), observou que boa parte dos estudos referentes às mulheres abordam o assunto de maneira mais descritiva e interpretativa. A autora colocou em pauta a necessidade de analisar “e discutir explicitamente aquilo que eles permitem modificar nos outros domínios da história” (Tilly, 1994, p. 41). Em diálogo com essa proposta, a utilização dos periódicos como fonte consegue atender essa demanda mais analítica, dado que, conforme Tânia de Luca (2005),

As ambiguidades e hesitações que marcaram os órgãos da grande imprensa, suas ligações cotidianas com diferentes poderes, a venalidade sempre denunciada, o peso dos interesses publicitários e dos poderosos do momento também podem ser apreendidos a partir de determinadas conjunturas [...] (Luca, 2005, p.130).

Retomando o início dos empreendimentos jornalísticos no Brasil, a Imprensa Régia foi criada após a chegada da Família Real Portuguesa na América em 1808. Ela controlava e censurava publicações contrárias à moral, à religião e à ordem vigente. Anteriormente, era proibida a impressão de periódicos no território. Assim sendo, a mudança de Dom João VI trouxe para a colônia o aparelhamento burocrático do Império Português para o Rio de Janeiro. Dessa maneira, a imprensa brasileira tornou-se relevante e indispensável para publicar e difundir os atos do Império, além de aumentar a popularidade do rei e seu governo.

Com o fim da censura prévia, em 1821, houve aumento no número de tipografias e, conseqüentemente, da impressão de folhetos, pasquins, jornais e demais impressos. Pode-se observar que nesse momento histórico, segundo Mônica Yumi Jinzenji (2010), as

Ideias relacionadas a liberdade, constituição, patriotismo, confrontadas com as de despotismo, tirania, e escravidão, passaram a circular com mais intensidade entre os leitores através dessas folhas periódicas, que constituíam um espaço político de colônias e enfrentamentos, protagonizando “uma constante batalha pela conquista de corações e mentes”. A imprensa periódica se estabelecia, nesses termos, como elemento essencial para a cultura política do século XIX brasileiro [...]” (Jinzenji, 2010, p. 20).

Por esse motivo, o século XIX foi marcado por um campo de disputa entre os intelectuais, permeado pelas distintas correntes doutrinárias internas, que procuravam

⁴ Para se aprofundar a essas questões, ler: Barros, José D'Assunção. Fontes Históricas: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

mobilizar opiniões para, conseqüentemente, mudar as estruturas do aparato administrativo do Império. Para além de publicações voltadas para as questões políticas, é possível observar na imprensa desse período o surgimento de relatos do cotidiano da vida das pessoas, tendo-se registro como à frente dessa nova tendência no Brasil o jornal *Diário do Rio de Janeiro*, publicado pela primeira vez em 1821. A linha editorial, composta pelos editores Zeferino Vítor de Meireles e Antônio Maria Jaurdan, era favorável à independência política do Brasil⁵.

Em meio a esse cenário, há a emergência de se estudar a imprensa periódica “como agente da história e não simplesmente como registro dela” (Jinzenji, 2010, p. 22). Sua condução era guiada por grandes figuras, em sua maioria homens, que transformaram o espaço em laboratório de ideias, que convergem em torno de uma proposta de controlar a vida pública, privada e, claro, a das mulheres. Havia uma padronização na diagramação dos jornais como um todo, e os impressos de Minas Gerais não ficaram de fora dessa tendência. Além da caracterização física, geralmente em quatro páginas, os jornais mineiros no século XIX possuíam caráter regionalista, quer pelo alcance da circulação, quer pela ênfase dos textos. O que não significava que os jornais se limitassem à esfera local. Traziam notícias de várias partes do mundo, desde a Corte no Rio até anedotas do Extremo Oriente (Goodwin Jr, 2007, p. 15).

Ao examinarmos as páginas, torna-se possível desenterrar não apenas os eventos significativos, mas também os aspectos mais íntimos do cotidiano feminino, destacando a importância dessa abordagem para uma compreensão mais completa e inclusiva da história. As seções destinadas a abordar questões do cotidiano da esfera pública ou privada, por exemplo, frequentemente apresentam detalhes sobre eventos, reuniões e atividades que oferecem uma visão única das interações sociais e das redes de apoio que as mulheres cultivavam nas áreas urbanas. Esses espaços sociais eram cruciais para a construção de comunidades femininas e para a troca de ideias que desafiavam as normas da época.

Através da leitura do livro *Emancipação do sexo feminino: A luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850-1940)*⁶, percebe-se a importância dos jornais em relação a

⁵ Cabe ressaltar que Meirelles, antes de fundar o jornal e sua própria tipografia, havia trabalhado na Impressão Régia.

⁶ O estudo de Hahner possibilita uma compreensão retrospectiva do papel das mulheres na história da América Latina. A autora descreve a batalha das mulheres no Brasil pela emancipação, desde suas primeiras manifestações no século XIX até a conclusão bem-sucedida da campanha pelo sufrágio na década de 30. Utilizando entrevistas com sufragistas brasileiras sobreviventes, bem como depoimentos de feministas

documentação das conquistas e desafios enfrentados pelas mulheres ao longo do tempo. A cobertura de eventos como movimentos pelos direitos das mulheres, lutas por igualdade salarial e a participação feminina em diversas esferas da sociedade permite uma análise crítica das mudanças sociais e dos avanços obtidos. Sendo assim, é possível observar como as demandas femininas foram debatidas, contestadas e eventualmente reconhecidas, marcando avanços importantes na conquista de direitos.

Em primeiro lugar, a análise de jornais, dentro deste contexto, demanda uma abordagem crítica em relação ao conteúdo textual. É fundamental identificar palavras-chave, expressões e temas relacionados às mulheres, permitindo uma compreensão mais profunda das narrativas construídas ao longo do tempo. Exigindo, assim, que os artigos e todos os bastidores do periódico sejam examinados cuidadosamente. Além do mais, é importante observar como se deu a linguagem utilizada para retratar as mulheres, buscando por estereótipos, preconceitos ou mudanças nas representações⁷ ao longo do tempo.

A abordagem metodológica centrada na temporalidade⁸ desempenha um papel fundamental na pesquisa histórica das representações e experiências das mulheres através dos jornais. A análise diacrônica, que examina as mudanças ao longo do tempo, revela-se crucial para a compreensão das transformações nas dinâmicas de gênero e nas percepções sociais ao longo de diferentes períodos históricos. Essa abordagem é particularmente relevante para a historiografia de gênero, pois permite a identificação de padrões, evoluções e rupturas nas narrativas jornalísticas.

Um exemplo notável pode ser encontrado na cobertura jornalística dos movimentos sufragistas no final do século XIX e início do século XX. Ao analisar jornais da época, é possível traçar não apenas a evolução do movimento sufragista, mas também perceber as reações e resistências por parte da sociedade. A linguagem utilizada, as imagens

contemporâneas, juntamente com a análise de manuscritos e documentos impressos, Hahner examina as posturas ideológicas e as estratégias adotadas pelas feministas brasileiras.

⁷ Entende-se as representações a partir das considerações de Roger Chartier. O autor compreende as representações referem-se à maneira como as pessoas expressam e comunicam ideias, valores e conhecimentos por meio de diferentes formas, como textos escritos, imagens, rituais, entre outros. Dessa forma, Chartier destaca a importância de analisar não apenas os textos escritos, mas também o contexto cultural e social em que foram produzidos e consumidos. Dessa maneira, as representações não são mais apenas reflexos da realidade, mas construções culturais que moldam e são moldadas socialmente. Outro ponto importante para a compreensão é a prática de leitura, enfatizando como diferentes grupos sociais interpretam e atribuem significados diferentes as expressões culturais.

⁸ LOHN, R. L. CAMPOS, E. C. de. Tempo Presente: entre operações e tramas. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 10, n. 24, 2017.

veiculadas e a ênfase dada aos eventos são aspectos que ganham relevância na compreensão do papel dos jornais na construção das representações sociais das mulheres. Além disso, a análise diacrônica permite a identificação de mudanças nas percepções sociais sobre as mulheres em contextos mais amplos.

Dentro dessa perspectiva, as obras da autora Joan Scott destacam a importância de contextualizar as mudanças nas representações das mulheres ao longo do tempo. Scott, em particular, enfatiza que a história das mulheres não deve ser uma narrativa linear, mas sim uma análise intrincada que considera a variabilidade da posição das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina histórica como um todo (Scott, 1992, p. 65).

Os jornais, quando analisados diacronicamente, não apenas iluminam as mudanças nas representações das mulheres, mas também contribui para uma compreensão mais profunda das complexidades das lutas e conquistas femininas ao longo do tempo. Essa abordagem metodológica enriquece a historiografia de gênero ao destacar a importância das fontes jornalísticas na construção e reflexão das dinâmicas sociais em torno do papel das mulheres na sociedade. A exploração de diferentes fontes jornalísticas também é uma prática fundamental. Comparar o conteúdo de diferentes jornais, levando em consideração variáveis como região, orientação política e público-alvo, enriquece a compreensão das diversas perspectivas sobre as mulheres. A inclusão de periódicos de diferentes línguas e culturas amplia ainda mais a visão, possibilitando uma análise mais abrangente.

A publicidade presente nos jornais merece atenção especial, constituindo uma fonte rica para entender as expectativas sociais em relação às mulheres. A análise desses anúncios proporciona percepções sobre os papéis de gênero percebidos e promovidos na sociedade, contribuindo para a compreensão das normas culturais vigentes em determinados períodos. Portanto, a metodologia deve adotar uma abordagem interdisciplinar, incorporando visões de disciplinas como sociologia, antropologia e estudos de gênero. Isso permite uma análise mais holística das representações e experiências das mulheres nos jornais, enriquecendo a compreensão histórica.

Em síntese, a utilização de jornais como fonte para a história das mulheres requer uma abordagem metodológica que vá além da simples leitura superficial. Ela demanda uma análise crítica, contextualizada e sensível às nuances, proporcionando uma compreensão mais completa das experiências femininas ao longo do tempo. Ao adotar

essa abordagem cuidadosa e reflexiva, os historiadores podem desvendar as camadas mais profundas das narrativas jornalísticas e contribuir significativamente para o enriquecimento da história das mulheres e das relações de gênero.

Casamento e divórcio no século XIX

O século XIX foi marcado por grandes revoluções, sendo os processos de independência das colônias americanas exemplos disso. Após se tornar Império em 1822, observa-se no Brasil o contraste entre as ideias que circulavam nas províncias, em que um lado defendia a monarquia, enquanto o outro era a favor do liberalismo econômico, dos ideais iluministas e republicanos. Apesar de se tratar de mudanças que afetavam mais as esferas políticas e econômicas, é de suma importância analisá-las na medida em que também modificavam as relações sociais.

No que tange às modificações da conjuntura social, destacam-se as mudanças em relação aos costumes e a moral da sociedade brasileira do século XIX. Nesse cenário, encontram-se as variações do matrimônio em suas respectivas classes sociais. Esse acontecimento poderia se dar por afeiçoamento, ou por interesses políticos e (ou) econômicos. No segundo caso, o dote era uma prática que atendia os interesses financeiros, pois consistia na família da noiva oferecer bens de valor material para o noivo. A partir do século XIX, no Brasil, esse contexto mudou, devido ao fato de muitos pais não possuírem recursos para dotar sua filha. Com esse modelo caindo em desuso no Brasil, abriu, futuramente, portas para novas maneiras de matrimônio: por exemplo, com a escolha do próprio cônjuge.

Mesmo com a possibilidade de se escolher com quem casar, não era simples realizar tal ação, principalmente para as mulheres. A elas, cabia uma lista de várias orientações e recomendações, ao tratar do casamento, para serem consideradas boas moças aos olhos da sociedade e dos homens. A virtude estava muito associada com a aparência e com a castidade, entretanto a beleza deixava de ser importante se não houvesse mais a castidade. Os desfrutes dos prazeres carnis recaiam com maior peso sobre as mulheres se comparados com os homens, fato evidente ao analisar periódicos que circularam na época, a exemplo de *O Mentor das Brasileiras*⁹, em que se popularizou publicações que alertavam sobre o perigo da luxúria e dos vícios que ela poderia causar.

⁹ Periódico voltado para o público feminino, que circulou em São João del Rei, durante o período de 1829 a 1832.

CONTO MORAL DE YOUNG

Clamores da prostituição arrependida

Oh, tempo feliz da minha inocência! Tempo em que eu ignorava o vício! Então eu era bela e cheia de atrativos aos olhos de todos aqueles que me olhavam surpresos de minha beleza e respeitando a inocência que reinava em meu coração. Contenta de mim mesma, todos os objetos me agradavam; minha alma e meu corpo eram virgens; meus sentidos e meu coração eram virtuosos. (O Mentor das Brasileiras, n. 09, 25 jan. 1830, p. 67-70).¹⁰

A passagem acima se trata de um conto escrito por um autor inglês, que teve partes do seu escrito publicado no periódico *Mentor das Brasileiras*. A personagem principal é uma menina de beleza estimada, que aos 16 anos de idade teve sua vida corrompida ao se entregar aos prazeres carnais, por convencimento de uma cafetina. Observa-se através do escrito que a beleza da imagem física estava associada com a virtude e com a castidade. Uma das formas de preservá-la era a mulher não se entregar ao vício da luxúria, pois:

As moças amantes do luxo e das modas seriam, no casamento, tão superficiais quanto são no comércio das aparências, tal como as modas, que mudam a cada estação. Os que se casam a partir da superficialidade das aparências exteriores seriam também volúveis, passageiros como a beleza (Jinzenji, 2010, p. 189).

As considerações apontadas acima são referentes à elite branca brasileira, que na tentativa de manter seus privilégios, desaprovava o matrimônio fora da própria classe. Para as demais camadas sociais e raciais, as relações aconteciam por meio de concubinação e uniões ilegítimas¹¹. Contrair núpcias fazia parte do projeto moralizador dos bons costumes e da ordem na sociedade e, para tanto, deve-se observar quais eram os valores morais destinados para cada grupo e camada social, nas diversas províncias mineiras.

Até a segunda metade do século XIX o casamento ocorria apenas no âmbito religioso, e foi somente a partir de 1891, por meio da primeira Constituição da República, que o casamento civil foi regulamentado. Então, antes que ocorresse a separação da Igreja do Estado, a primeira era a responsável pelo matrimônio e, por simetria, também a incumbida do divórcio. Todo processo ocorria no Tribunal Eclesiástico, que geralmente

¹⁰ Exemplar disponível e acessado pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹¹ “No tocante aos trabalhos mais recentes sobre os laços familiares constituídos no período escravista, percebe-se que a formação da família brasileira nem sempre obedeceu aos cânones da Igreja católica e do Estado português. O surgimento de um tipo de família caracterizada por uniões de casais solteiros, vivendo juntos por vários anos, gerando filhos ou não, com um ou com vários parceiros e coabitando um mesmo domicílio ou domicílios separados com vínculos afetivos e materiais, evidenciava, na região mineradora, a constituição de famílias com dinâmicas diferenciadas” (Neto, 2008, p. 2).

encontrava-se localizado na sede do bispado. Ubirathan Rogerio Soares (2007) afirma que:

Na sede do Bispado, encontravam-se as personagens que tinham o poder de elaborar as sentenças, geralmente, nos casos de Divórcios Perpétuos analisados, sem que houvesse apelações quanto ao veredicto ou a forma processual. Encontravam-se ali: o Vigário Geral, o promotor do juízo ou o defensor do vínculo, os advogados, os procuradores das partes e os solicitadores de causas. Na divisão administrativa da Igreja, havia auxiliares que faziam funcionar o Tribunal Eclesiástico. O auxiliar de maior importância e o mais facilmente encontrado era o Vigário da Vara. Havia ainda os escrivães e o meirinho. Em geral, o Tribunal funcionava com membros da própria Igreja e também da sociedade local. (Soares, 2007, p. 61).

Para que o processo ocorresse, havia a atuação de diversas figuras, dentre as quais estavam os advogados. Cabia a eles peticionar e representar os interesses das partes, ocupação essa que demandava, além da formação e do conhecimento jurídico no âmbito civil, saber sobre o Direito Canônico e as leis eclesásticas. Por ser necessário contratar o serviço de profissional especializado em exercer essa função, um pagamento de honorários era necessário. Pode-se inferir, então, que as entradas nos processos de divórcio, nesse período, foram feitas a pedido de pessoas abastadas, em posição de privilégio social.

Para dar entrada na ação era necessário que o cônjuge sobre o qual se requisitava a separação se enquadrasse em comportamentos como: abandono do lar, adultério, maus tratos, apropriação indébita de herança, entre outros exemplos. Em muitos processos, havia a denúncia de maus tratos e de infidelidade. Mary del Priore (2011) aponta como motivação desses processos o fato de os casamentos estarem mais associados a interesses econômicos e políticos, do que ao sentimento de amor. A autora também chama a atenção para o papel adúltero dos maridos residentes do interior, que iam para as cidades a trabalho e ao chegar lá, contraíam novas núpcias.

Para tanto, algumas vezes, os “indivíduos procuravam se adequar à codificação eclesástica para cumprir as exigências legais” (Santos, 2003, p. 10). Se porventura o marido negasse a acusação de adultério, a mulher que peticionou o divórcio assumia a infidelidade, a fim de obter a decisão em favor da separação. Essas mulheres eram engenhosas e dispostas a pôr em risco a moral e a reputação delas, mesmo que isso as comprometesse nas relações sociais.

Diante disso, sendo ou não a proponente do divórcio, as que conseguissem êxito na ação, enfrentavam outras barreiras: a do preconceito da sociedade e da família. Aquelas

que ousaram passar por todo o processo, assumiam para si, entre tantas outras, a opção de não aceitar as limitações como solução da vida.

Estudo de casos: O divórcio na perspectiva de jornais mineiros do oitocentos

A digitalização e o uso de ferramentas de pesquisa *on-line* são recursos contemporâneos que facilitam a análise de grandes volumes de jornais digitalizados. Essa modernização da metodologia, abre novas possibilidades para os pesquisadores explorarem extensivamente os registros históricos contidos nos jornais, ao mesmo tempo em que preservam e democratizam o acesso a essas fontes.

Diante disso, para dar início a pesquisa, optou-se por fazer quatro recortes cronológicos, em que cada um corresponde à análise de dez anos. Dessa forma, além de identificar quais os periódicos e seus respectivos redatores com seus posicionamentos, se torna possível acompanhar de maneira clara como as discussões, a respeito do divórcio, se desenrolaram entre os anos de 1850 até 1879. Os resultados obtidos deram-se através da consulta dos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Para realizar a investigação, o uso da ferramenta de busca por palavras-chaves foi de suma importância, e o vocábulo pesquisado foi o de *divórcio*. Entretanto, observou-se que o recurso não captou todas as ocorrências, impossibilitando dessa forma o conhecimento mais sistematizado, para além dos artigos selecionados pela plataforma e do espaço circundante dessas publicações. Tal empecilho de erudição se deu pelo fato da quantidade de exemplares que teriam que ser analisados, um a um, página por página, de cada periódico em questão, somado também às outras demandas da pesquisa e seu referente tempo de elaboração.

Contudo, ao pesquisar o referido recorte temporal, foram encontradas um total de 74 ocorrências, em que a palavra *divórcio* foi captada pela plataforma da Hemeroteca Digital. Ao destacar casos específicos e examinar o conteúdo veiculado por essas publicações, revela-se como a imprensa não apenas refletiu, mas também influenciou as mudanças no pensamento educacional da época.

No cenário do século XIX, a imprensa periódica emergiu como um poderoso veículo de comunicação e, conseqüentemente, desempenhou um papel significativo no processo educativo da sociedade. A obra "*A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX*", de Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, destaca a relevância dessas publicações na formação de ideias e na disseminação do conhecimento durante

esse período crucial da história. Após a conquista da independência, conforme as considerações de Pallares-Burke (1998), “a imprensa passa a ser constantemente referida como o meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas” (Pallares-Burke, 1998, p. 147).

QUADRO 1: Jornais mineiros identificados entre as décadas de 1850 a 1879					
Ano	Jornal	Redatores	Tipografia	Cidade	Total de ocorrências
1850 a 1859	<i>O Bom senso</i>	Firmino Rodrigues Silva	Bom Senso	Ouro Preto	4
	<i>Correio Oficial de Minas</i>	Governo Provincial	Provincial	Ouro Preto	3
	<i>O Itamontano</i>		M. M. Franco e C. ^a	Ouro Preto	2
	<i>Orgão do Partido Conservador</i>	José Pedro Xavier da Veiga	Provincial	Ouro Preto	1
1860 a 1869	<i>O Jequitinhonha</i>	Joaquim Felício dos Santos	Jequitinhonha	Diamantina	6
	<i>Noticiador de Minas</i>	J.F. de Paula Castro	J.F. de Paula Castro	Ouro Preto	5
	<i>Diário de Minas</i>	J. F. De Paula Castro	J. F. De Paula Castro	Ouro Preto	4
	<i>Constitucional: Jornal Politico, Litterario e Noticioso</i>	Bacharéis Camillo da Cunha e Figueiredo e Benjamim Rodrigues Pereira	Constitucional	Ouro Preto	2
1870 a 1879	<i>Noticiador de Minas</i>	J.F. de Paula Castro	J.F. de Paula Castro	Ouro Preto	26
	<i>Diário de Minas</i>	J.F. de Paula Castro	J.F. de Paula Castro	Ouro Preto	14
	<i>Noticiador de Minas: Orgão Conservador</i>	J.F. de Paula Castro	J.F. de Paula Castro	Ouro Preto	7

Fonte: Quadro elaborado pela autora conforme dados disponíveis nos arquivos da Hemeroteca Digital Brasileira.

Diante da exposição do quadro acima, ressalta-se que ele não compreende a totalidade dos jornais mineiros, em que o divórcio foi mencionado, que circularam durante os anos de 1850 a 1879. Estes são aqueles que resistiram ao longo do tempo e foram registrados e arquivados da Biblioteca Nacional, possibilitando um esboço na compreensão da temática através da imprensa.

Ao analisar *O Bom Senso*¹², numa quarta-feira, dia 26 de março de 1856, o periódico publicava o seguinte anúncio:

Por parte de D. Domiciana Benarda de Jesus se anunciou pelo Bom Senso, contra seu marido Joaquim Pinto de Sá, e contra o procurador que ele constituiu, que ninguém fizesse contato algum sobre bens do casal, dando por causa que existia anteriormente uma sentença de divórcio perpétuo. A este anuncio responde o marido que o chamado processo de divórcio perpétuo é verdadeiramente uma armadilha ilegal [...] (O Bom Senso, 26 de março de 1856, N. 392, p.4).¹³

Buscou-se o referido anúncio feito por Domiciana no mesmo jornal, que foi encontrado na edição 344, do ano 1855, na seção protesto da página quatro. A partir dele, desencadeou todo enredo que se complica com alegações contraditórias, procurações contestadas e a busca por intimação do procurador do marido. O conteúdo era um aviso pedindo para que ninguém fizesse qualquer tipo de negócio com o ex-marido ou com o procurador dele. Além disso, deixa claro estar “a muito tempo desquitada, segundo a lei do país, de seu marido o Sr. Joaquim Pinto de Sá, cujo desquite seguiu todos os seus efeitos”. A publicação foi assinada em seu próprio nome.

O procurador Caetano José Pereira, que representa Joaquim, em resposta, contestou a validade do divórcio perpétuo, considerando-o uma armadilha ilegal. Segundo ele, o que existia na verdade era um “juízo de compadres”, pois não houve intimação regular de sentença. E, além disso, o inventário não era válido, porque não tinha seguimento e nem partilha.

Na sessão de anúncios da edição 382, referente ao ano de 1856, Cândido Saraiva Nogueira, procurador de Domiciana, comunica que ele se encontra

legalmente autorizado para cassar a procuração que o Sr. Joaquim Pinto de Sá, marido da Sr^a Domiciana Bernarda de Jesus, deu ao Sr. Caetano

¹² O primeiro registro que se tem do jornal é a edição nº 24, do ano de 1852. As publicações aconteciam nas segundas e quintas de cada semana, e o redator responsável era Firmino Rodrigues Silva. Ele foi poeta, escritor, advogado e proeminente político afiliado ao Partido Conservador. Como redator, demonstrou notável habilidade no âmbito do jornalismo brasileiro, destacando-se em veículos como "O Despertador (1839)", "Jornal do Comércio", "O Correio Mercantil" (1867/8), "O Cronista" (1836-37), "O Constitucional" (1862-64) e "O Bom Senso" (1852-58), sediado em Ouro Preto, então a capital de Minas Gerais.

¹³ Optou-se por transcrever com grafia atualizada para o português atual.

José Pereira, para tratar de negócios, e talvez da venda de bens, como se não existisse um divórcio entre estes cônjuges [...] O Sr. Pinto reconheceu a final sua incompetência em tais negócios, e querendo cessar os poderes que deu a Caetano, este Sr. ocultou-se de tal sorte que nem ha sido possível intima-lo pelos meios ordinários da vontade do constituinte, resultando aqui a referida autorização dada a Cândido Saraiva em 8 de novembro último. (*O Bom Senso*, Ouro Preto (MG): 14/02/1856, edição nº 382, página 4).

A respeito da cassação da procuração, que recebeu de Pinto de Sá, Caetano responde que esta alegação é falsa e que Joaquim não o revogou como seu procurador. Além disso, ele não se encontra “ocultado”, sendo possível localizá-lo na fazenda Olaria, distrito de Santa Anna, cidade Queluz¹⁴. No final do anúncio ele reforça que se mantém procurador de Pinto de Sá e que “não desiste do direito que tem aos bens do seu casal, e nem dos direitos de cabeça do mesmo casal”. Entretanto, em três edições anteriores, Cândido Saraiva Nogueira publicou outro anúncio deixando claro que Domiciana encontra-se legalmente divorciada de seu marido e fez judicialmente a partilha dos bens. O fato curioso desta publicação é quando Nogueira conta que

apareceu-lhe o Sr. Caetano José Pereira com procuração do dito seu marido [Joaquim], procurando comprador para metade dos bens da dita D. Domiciana, chegando a oferecê-la por 4 contos, já contentando-se com 2; como, porém, nada tenha haver. Previno quaisquer pessoas, que nenhum contrato fação a respeito de tal meação, não só porque Joaquim Pinto nada mais tem haver, senão também porque a procuração com que se apresentou o Sr. Caetano José Pereira já foi revogada. (*O Bom Senso*, Ouro Preto (MG): 10/03/1856, edição nº 389, página 4).

Diante do intrincado enredo revelado pelos anúncios publicados no jornal *O Bom Senso* em 1856, torna-se possível perceber uma trama complexa envolvendo Domiciana Benarda de Jesus, seu marido Joaquim Pinto de Sá, e os procuradores Caetano José Pereira e Cândido Saraiva Nogueira. Diante de tantas alegações contraditórias, evidencia-se a complexidade jurídica e pessoal desse caso, cujas ramificações apontam para um desfecho incerto.

Cândido Saraiva escreve uma correspondência para o *Bom Senso*, edição número 409, tentando esclarecer toda a situação. Segundo ele, Domiciana de Jesus, após pouco tempo de casamento com Joaquim Pinto de Sá, enfrentou o abandono deste, que se ausentou para lugares distantes, prejudicando dessa forma a reputação do casal. Diante

¹⁴ Atual cidade de Conselheiro Lafaiete em Minas Gerais. O nome *Conselheiro Lafaiete* passou a vigorar a partir de 27 de março de 1934, pelo Decreto Estadual nº 11.274, em homenagem ao Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, que foi um jurista, advogado, jornalista, diplomata e político brasileiro e nasceu em Queluz.

disso, Domiciana convocou Joaquim para o divórcio e separação de bens, processo no qual ele compareceu, confessou o divórcio e autorizou a esposa a seguir com o processo. Joaquim recebeu mais da metade dos bens e partiu para o sertão. Passados anos, em um momento de extrema necessidade, o ex-marido implorou ajuda, e Domiciana ofereceu-lhe abrigo e meios de subsistência em sua fazenda, por caridade. No entanto, após saber da suposta fortuna de sua ex-esposa, Joaquim, influenciado por Caetano José Pereira, assinou uma procuração que agora foi utilizada para alegações fraudulentas.

Dando continuidade, Cândido informa que Caetano José Ferreira tenta demandar contra Domiciana, mas ela resiste, baseando-se em pareceres jurídicos e rejeitando propostas amigáveis. Ferreira, desanimado, recorre a meios fraudulentos, tentando vender supostos direitos sobre os bens de Domiciana, alegando que ela possui uma fortuna. Cândido Saraiva relembra que já lhe mostrou, diante de testemunhas como o capitão Manoel Pereira de Andrade, que boa parte dos bens de Domiciana se deu através da doação do finado padre José Maria Corrêa Pamplona e José Joaquim Corrêa, na condição do ex-marido não ter nenhum direito e nem usufruto. Logo em seguida afirma:

Sr. Caetano não prevaleça a minha e nem a vossa opinião. Vós, não podeis vender bens alguns de D. Domiciana. Prevalecerá a opinião de hábeis advogados; e abaixo transcrevo um trecho dos senhores doutores Caetano Alberto Soares e Francisco de Salles Rosa, respondendo a proposta que se lhe mandou cópia fiel de todo processo, cujo texto é o seguinte: Ao 4º, por nenhuma maneira se pode o marido considerar administrador dos bens da mulher depois da sentença do divórcio, porque esta desfez a comunhão, livrou a mulher da tutela e administração do marido. Portanto, este não pode arrojarse a administração dos bens da mulher, e muito menos poderá vender quaisquer bens desta, para o que nenhum direito lhe compete depois daquela sentença. (*O Bom Senso*, Ouro Preto (MG): 07/05/1856, edição nº 409, página 4).

Este enredo histórico, marcado por intrigas e disputas, ressalta a complexidade das relações familiares e legais na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. O desfecho da trama permanece incerto até o momento desta pesquisa, e não foi averiguado se realmente existiu um processo judicial de divórcio. Mas, a documentação preservada nos anúncios oferece uma fascinante análise da complexidade das relações nesse período. Uma época em que as normas sociais e jurídicas eram profundamente influenciadas por valores conservadores e pelas tradições da Igreja Católica, a dinâmica entre Domiciana Benarda de Jesus, Joaquim Pinto de Sá, e seus procuradores refletem aspectos peculiares desse contexto histórico.

A validação do divórcio perpétuo, as contestações sobre procurações e os embates em torno da administração e venda de bens revelam não apenas os enredamentos legais enfrentadas por indivíduos, mas também lançam luz sobre as dinâmicas familiares e as tensões sociais vigentes. O abandono de Domiciana, seguido pela oferta de ajuda a Joaquim, em um momento de extrema necessidade, adiciona camadas de intrincamento emocional a essa narrativa.

Entretanto, o anúncio de D. Domiciana Benarda de Jesus, solicitando que ninguém fizesse contato sobre os bens do casal, devido a uma sentença de divórcio perpétuo, destaca o desafio enfrentado por aquelas que buscavam romper vínculos matrimoniais em uma sociedade tradicional. O embate em torno do divórcio e dos bens matrimoniais transcende, assim, a mera análise legal, oferecendo um retrato vívido das tensões sociais e das complexidades emocionais enfrentadas pelos indivíduos na sociedade brasileira.

O Jequitinhonha¹⁵

Ao realizar uma pesquisa no jornal *O Jequitinhonha*, identificou-se a primeira menção da palavra "divórcio" na edição de número 104, datada de 1863. Posteriormente, encontrou-se a mesma palavra nas edições 126 e 127 do mesmo ano, totalizando cinco ocorrências, das quais duas são referentes a 1869. Entretanto, apenas três dessas ocorrências estão relacionadas ao significado do término de um casamento. As demais aparições ocorreram em contextos políticos, onde a palavra foi utilizada para denotar a quebra da verdade em relação à população.

A introdução da palavra "divórcio" na edição 104 de 1863 referia-se a um romance indianista ambientado no ano de 1729, intitulado *Acayaca*. O autor, Felício dos Santos, elaborou essa obra para ressaltar como a descoberta de diamantes no Arraial do Tijucu,

¹⁵ Joaquim Felício dos Santos, ao lado do seu cunhado Josefino Vieira Machado, em 1860 ambos fundaram o jornal *O Jequitinhonha*. Além deles, contaram com outros colaboradores como Teodomiro Ottoni e Carlos Honório Benedito Ottoni. O maquinário utilizado foi adquirido por Teófilo Ottoni (Ferreira, 2017, p. 20). Se apresentando como de caráter político, literário e noticioso, sua publicação acontecia uma vez por semana e após quatro anos de funcionamento, em 1864, houve uma pausa, voltando a circular somente em 1868. O seu fim é datado em 6 de abril de 1873, na edição de número 179. As ideias progressistas e abolicionistas eram propagadas em quatro páginas que correspondiam ao número total de folhas que compunham o jornal. Em sua diagramação, a primeira parte era voltada para assuntos políticos regionais. Na segunda parte, era possível encontrar a seção de notícias, correspondências e pedidos. Por fim, encontravam-se informações sobre a política nacional e os anúncios. Desde seu surgimento, *O Jequitinhonha* buscava ser mais do que apenas noticioso. Os responsáveis que estavam à frente de sua administração tinham a pretensão de desenvolver ideias que fornecessem consistência intelectual ao novo projeto de Estado. Em consonância com a consolidação desse projeto, fundou-se um jornal que também apresentava valores e convicções que se acreditavam ideais para a sociedade do antigo Arraial do Tijucu.

combinada com a ambição humana em relação a esse recurso, foi considerada prejudicial pelos tijuquenses. Em determinado trecho do romance, Joaquim Felício expressa sentimentalismo ao evocar a nostalgia de uma época em que os valores morais eram mantidos com zelo.

Os pais educavam os filhos incutindo-lhes na alma o respeito às leis, às autoridades constituídas, o amor de Deus, o horror do pecado e do crime: virtudes cívicas e religiosas. **Os maridos guardam as mais restritas fidelidades às suas mulheres; vivem na melhor harmonia, e nunca houve exemplo de divórcio ou separação.** E olhava-se o matrimônio como um sacramento, e não como especulação os meios de satisfazer paixões sensuais. (*O Jequitinhonha*, 07/02/1863, edição nº 104, p. 2. Grifos meus)

Para Felício dos Santos, a descoberta das pedras preciosas na atual cidade de Diamantina, não apenas introduziu entre os exploradores a libertinagem de origem europeia, mas também corrompeu a ética moral e religiosa dos homens e mulheres da província. Em resposta a isso, o jornal *O Jequitinhonha* expressou críticas contundentes ao Império. A narrativa enfatizava a necessidade de resistir vigorosamente ao despotismo e à ambição desenfreada, alertando que o resultado seria a desgraça. O apelo era para a restauração dos bons costumes, especialmente os valores familiares e religiosos, de maneira conservadora.

Segundo a análise de José Murilo de Carvalho (2006), no período de 1840 a 1889, uma parte da elite política conservadora buscava implementar um projeto de construção do Estado Nacional no Brasil. Esse projeto visava a centralização política e a legitimação do regime monárquico. Essa configuração abrangia diversos aspectos: jurídico, militar, social, cultural e econômico. Na edição 127 de 1863, *O Jequitinhonha*, em sua postura crítica a essa política, anunciou a intenção de citar a opinião de um publicista católico. Na segunda página, como continuação do extenso texto político da primeira sessão que discutia sobre o perigo da centralização, o divórcio matrimonial foi empregado como analogia para ilustrar a ameaça à ordem.

Nesse discurso o leitor poderá conhecer as razões lógicas das consequências monstruosas da centralização. Verá que a centralização é contrária ao princípio de ordem universal, porque Deus não governa o universo senão por meio de causas secundárias, que são os poderes subalternos da criação... **Verá como em toda família em que a poligamia e o divórcio, destruindo a personalidade e qualidade do poder subalterno da mulher, concentram o poder doméstico na pessoa do pai, não há segurança para o pais e nem para os filhos;** como as últimas expressões da centralização domestica são: barbárie e escravidão; da mesma forma as últimas expressões da centralização

política são: despotismo e anarquia. (*O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 25/07/1863, edição no 127, página 2. Grifos meus).

Ao explorar o jornal como uma fonte de conhecimento histórico, é imperativo estar atento às nuances presentes nas narrativas. A passagem anterior aborda uma temática de natureza política, contudo, evidencia uma comparação tendenciosa que impacta outra camada da sociedade. Há uma clara intenção de associar a centralização política com dissolução do casamento, à ameaça dos costumes domésticos e ao papel tradicional atribuído à mulher. Além disso, destaca-se a reafirmação de que tanto a centralização quanto o divórcio são contrários às ordens divinas.

Observa-se nas publicações d'*O Jequitinhonha* que o tema do divórcio foi utilizado estrategicamente como uma ferramenta política e de fortalecimento dos valores éticos e morais. Considerando a relação familiar entre o redator do jornal e o primeiro bispo do antigo Arraial do Tijuco¹⁶, percebe-se uma interação de valores relacionados ao casamento. Para promover o modelo ideal de sociedade, o meio periódico foi utilizado como instrumento, com Joaquim Felício proferindo críticas contundentes ao Império enquanto também reforçava os ideais moralizadores de Dom João Antônio dos Santos¹⁷.

As escassas menções ao divórcio no jornal sugerem uma intencionalidade por parte da elite letrada. Ao ocultar o tema, buscava-se promover a moralização dos costumes na sociedade. Diante do exposto até aqui, é possível inferir que o jornal analisado aborda o divórcio não apenas como o término de um casamento, mas também como algo que corrompe a moral da sociedade e da família. Essa abordagem se vale de discursos políticos e princípios religiosos.

Conclusão

Em síntese, este estudo ressalta o avanço notável nos estudos sobre a história das mulheres e das relações de gênero, enfatizando o papel fundamental desempenhado pelos jornais como fontes históricas. Ao explorar a relevância dos periódicos na compreensão

¹⁶ A atual cidade de Diamantina antigamente recebia o nome de Arraial do Tijuco. A província teve sua origem no período minerador em meados do século XVIII. A partir da fundação, intensificou-se o fluxo migratório para lá, promovendo o crescimento urbano estreitamente ligado ao crescimento econômico. Em 1831 o Arraial do Tijuco foi nomeado Vila de Diamantina, que posteriormente, em 1838, foi elevada a cidade.

¹⁷ A fundação da Diocese de Diamantina teve como primeiro bispo Dom João Antônio dos Santos, que assumiu o posto em 1863. Essa mudança trouxe impactos na vida cotidiana, fortalecendo ainda mais o controle social exercido pela igreja na vida das pessoas.

das experiências femininas, destacamos como as publicações revelam perspectivas valiosas sobre a construção da identidade das mulheres e seu papel na sociedade do século XIX. A análise preliminar dos exemplares de jornais que circularam em Minas Gerais durante o período oitocentista, especialmente no contexto da discussão sobre o divórcio, ofereceu insights significativos.

De acordo com Rocha (2014), “às discussões acerca da instituição do casamento civil e do divórcio no século XIX revelam o lugar privilegiado que a Igreja católica possuía no país, e o seu monopólio na tutela das relações familiares e da vida civil das pessoas que aqui residiam (Rocha, 2014, p.15), e como forma de legitimar as ideologias, o jornal tornou-se fundamental para tal ação. Dessa forma, foi possível observar como os jornais abordaram o término de casamentos, vinculando-o à construção de paradigmas sobre mulheres e seus direitos sociais. Esta análise sublinha a influência crucial de fatores religiosos e sociais, proporcionando uma compreensão mais profunda do papel da imprensa na legitimação de ideários morais sobre as mulheres e as relações de gênero. Ao final, este estudo contribui para ampliar nossa compreensão da complexa tapeçaria histórica que construiu representações sobre as experiências e percepções das mulheres durante o século XIX.

Referências

Arquivo

Documentos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Fontes periódicas

CAETANO, Jose Pereira. Anuncios. *Bom Senso*, Ouro Preto (MG), 26/03/1856. Edição nº 392, página 4.

NOGUEIRA, Candido Saraiva. Anuncios. *Bom Senso*, Ouro Preto (MG), 10/03/1856. Edição nº 389, página 4.

NOGUEIRA, Candido Saraiva. Correspondencia. *Bom Senso*, Ouro Preto (MG), 07/05/1856. Edição nº 409, página 4.

SANTOS, Felício dos. Acayaca. *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG), 07/04/1863. Edição nº 104, página 2.

SANTOS, Felício dos. As municipalidades. *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG), 25/07/1863. Edição nº 123, página 2.

Bibliografia

AMARAL, Isabela Guimarães Rabelo do. *Resistência feminina no Brasil oitocentista: as ações de divórcio e nulidade de matrimônio no bispado de Mariana*. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade Federal de Minas Gerais. – 2012.

AZEVEDO, Carla Bispo. A imprensa como fonte na pesquisa sobre história das mulheres. *Revista Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades*. Teresina (PI), v. 3, n. 3, p. 01-15, 2022.

BARROS, José d' Assunção. *A Fonte Histórica e seu lugar de produção*. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

BARROS, José d' Assunção. *Fontes Históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BURKE, Peter. *A escrita da História, novas perspectivas*. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo, Contexto/EDUSP, 1988. Coleção Repensando a História, 1988.

CERTEAU, Michel: *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite imperial. O teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estud. av., São Paulo, v. 5, n. 11, abril de 1991.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Mores (Org.) *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

DUARTE, Constância Lima. *Literatura, imprensa e emancipação da mulher no Brasil no século XIX*. In: ENCONTRO DA ANPOLL, UFMG, 2010.

FERNANDES, Antônio Carlos. *Entre o turbulo e a chaminé: a ação do Bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina 1864-1917*. 2005. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Departamento de História/FAFICH/UFMG, 2005.

FERREIRA, Raína de Castro. *Utopia e prognóstico na história do Brasil imaginada por Joaquim Felício dos Santos (1860-1873)*. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2017.

GOODWIN JUNIOR, James William. *Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição - Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOODWIN JUNIOR, James William. Jornal como fontes documentais para a história econômica regional. In: *Cronos Revista de História*. Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo, n° 3. Pedro Leopoldo/MG, 2001.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. in: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 133-161.

LOHN, R. L.; CAMPOS, E. C. de. Tempo Presente: entre operações e tramas. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 10, n. 24, 2017.

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.

MOLINA, Matías. *História dos Jornais no Brasil: da era colonial à regência*, vol. 1. Cia das Letras, 2015. Pallares-Burke, M. L. G. (1998). A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos De Pesquisa*, (104), 144-161.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ROCHA, Ana Vitória Sampaio Castanheira. *Amor, ordem e progresso: casamento e divórcio como desafios à laicidade do Estado (1847 – 1916)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo século XIX*. Marco Zero: Secretaria do Estado de São Paulo, 1989.

SANTOS, Dayse Lucide. *Entre a norma e o desejo: Estudo das tensões na vida conjugal diamantinense no processo de mudança social 1833-1933*. Belo Horizonte, UFMG, 2003. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. O padrão idealizado de família e de mulher em Diamantina e região – 1860 a 1930. *UNIMONTES CIENTÍFICA*. Montes Claros, v.5, n.2, jul./dez. 2003.

SOARES, Ubirathan Rogerio. *Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre o sistema de alianças e o regime da sexualidade*. 2007. 313 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SCOTT, Joan. *História das mulheres*. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, no 54, p. 281-300 – 2007.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagú*, Campinas, v. 3, p. 29-62, 1994.

VERONA, Elisa Maria. *O casamento, “uma instituição útil e necessária”*. 2011. 180f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

ZANATTA, Aline Antunes. *Justiça e representações femininas: o divórcio entre a elite paulista (1765-1822)*. Campinas, SP, 2005.